



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Educação

UNIDADE: Diretoria de Ensino de Barretos

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Informações sobre unidade escolar. Atendimento adequado da demanda. Ausência de pretensão de reforma de decisão. Negado provimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 197/2017

1. Trata-se de pedido formulado à Diretoria de Ensino de Barretos, de número SIC em epígrafe, para acesso a informações sobre: (i) verbas recebidas pela escola e destinação dos recursos; (ii) faltas de professores e substitutos contatados; (iii) matérias com maior número de faltas; (iv) horário de trabalho do coordenador e estatísticas; (v) substituição de aulas por professores; (vi) relação de aulas atribuídas a professores; (vii) média de visitas de supervisão e da dirigente de ensino da escola; (viii) forma de impressão das provas; (ix) horário dos funcionários da unidade escolar.
2. O órgão prestou informações, fornecendo dados relativos ao protocolo solicitado e aos procedimentos da escola, posteriormente complementados em recurso hierárquico. Insatisfeito, o interessado apresentou recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme estipulado no artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015, inovando em relação ao pedido inicial.
3. A análise dos autos permite concluir que a solicitação foi adequadamente respondida, nos termos do artigo 11, caput, da Lei de Acesso à Informação. O interessado solicita diversas informações relativas ao funcionamento da unidade escolar, à substituição de professores, às verbas e gastos da escola, entre outros. A resposta ofertada é minuciosa ao esclarecer os procedimentos adotados em casos de substituição de professores, às verbas recebidas e gastos efetuados e ao fornecer estatísticas e dados sobre a unidade escolar e seus funcionários.
4. As razões recursais, na verdade, acabam por traduzir insatisfação e novos questionamentos com o encaminhamento da reclamação, sem haver pleito por acesso à informação ou reforma de decisão denegatória, fugindo ao escopo do presente procedimento de acesso à informação, não havendo fundamento recursal calcado nos incisos do artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
5. Frise-se ainda o fato de que o solicitante, a cada recurso interposto por meio do sistema SIC.SP, apresentava novos questionamentos ao órgão. A inovação de pedido em grau de recurso, porém, não se coaduna com a sistemática da Lei de Acesso à Informação, por subtrair a oportunidade de o ente demandado se manifestar sobre o pedido, atendendo-o espontaneamente no prazo de 20 (vinte) dias, ou apontando a existência de excepcional




GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

circunstância de restrição de acesso, se o caso. Cabe realçar que nada impede o interessado de formular novo pedido para obter acesso a outras informações.

6. Ilustrativo, nesse sentido, posicionamento externado pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações, do Governo Federal, ao justificar a Súmula 002/2015: “Esta súmula apresenta regra geral para o conhecimento de recursos interpostos no âmbito do processo administrativo de acesso à informação, segundo a qual somente deverá ser objeto de apreciação por instância superior matéria que já haja sido apreciada pela instância inferior. Nesse sentido, a alteração da matéria do pedido de acesso à informação ao longo dos recursos, quando leve ao aumento do seu escopo ou à sua mudança de assunto, poderá não ser objeto de apreciação pela instância superior, em respeito ao princípio do duplo grau de jurisdição, uma vez que o conhecimento de matéria estranha ao objeto inicial, quando levado à apreciação somente da última instância administrativa, pode levar à sua supressão, em prejuízo do administrado”.
7. Vale lembrar que é possível realizar novos pedidos para requerer acesso a outras informações pretendidas, bem como reclamações podem ser enviadas por meio do endereço eletrônico www.ouvidoria.sp.gov.br.
8. Verifica-se, portanto, ter havido completo fornecimento dos dados solicitados no pedido inicial, sem qualquer negativa de acesso à informação, razão pela qual **conheço do recurso**, para no mérito **negar-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11 da Lei nº 12.527/2011, ausentes as hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
9. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência ao interessado. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 18 de setembro de 2017.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO

MIKI